

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO RIO DE JANEIRO: O QUE DIZEM AS COORDENAÇÕES PEDAGÓGICAS?¹

Walace Ferreira²
Ingrid Nunes da Silva³
Juliana Dias Lima⁴
Ricardo Jouan Alé⁵

RESUMO

Este trabalho é resultado de achados do projeto Prodocência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro intitulado “A Sociologia frente à Reforma do Ensino Médio, às reformas curriculares e aos novos livros didáticos”. Partimos do estudo da literatura dos últimos anos sobre a reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), dos novos livros didáticos, assim como da conjuntura política, social e econômica de perspectiva liberal que está por trás do movimento de reformas que

- 1 Este trabalho é resultado do projeto de Prodocência em andamento na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) intitulado “A Sociologia frente à reforma do Ensino Médio, às reformas curriculares e aos novos livros didáticos”.
- 2 Doutor em Sociologia pelo IESP da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professor Adjunto do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP-UERJ) – RJ, branco, cisgênero, walaceuerj@yahoo.com.br;
- 3 Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – RJ, negra, cisgênero, ingridsilva018@gmail.com;
- 4 Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – RJ, negra, cisgênero, juuliana_dl@hotmail.com;
- 5 Graduando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – RJ, pardo, cisgênero, ricardojale15@gmail.com.

incluem a reforma do Ensino Médio. Interessa-nos o estudo dos documentos educacionais envolvidos, a investigação do lugar da Sociologia nos currículos das redes pública e privada do estado do Rio de Janeiro, o exame sobre o espaço da Sociologia nos livros de Ciências Humanas, Projetos Integradores e Projeto de Vida e, para esta proposta em particular, as entrevistas que estamos realizando com docentes de Sociologia e coordenadores pedagógicos/ou sujeitos em posição equivalente que estão vivenciando a reforma em suas unidades escolares.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio, Estado do Rio de Janeiro, Entrevistas, Lugar da Sociologia, Interesses de Mercado.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de achados do projeto Prodocência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro intitulado “A Sociologia frente à Reforma do Ensino Médio, às reformas curriculares e aos novos livros didáticos”. Partimos do estudo da literatura dos últimos anos sobre a reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), dos novos livros didáticos, assim como da conjuntura política, social e econômica de perspectiva liberal que está por trás do movimento de transformações que incluem a reforma do Ensino Médio.

Interessa-nos o estudo dos documentos educacionais envolvidos, a investigação do lugar da Sociologia nos currículos das redes pública e privada do estado do Rio de Janeiro, o exame sobre o espaço da Sociologia nos livros de Ciências Humanas, Projetos Integradores e Projeto de Vida e, para esta proposta em particular, as entrevistas que estamos realizando com docentes de Sociologia e coordenadores pedagógicos/ou sujeitos em posição equivalente que estão vivenciando a reforma em suas unidades escolares.

Precisamos dizer, em primeiro lugar, que a Reforma do Ensino Médio é o resultado da força do neoliberalismo sobre a educação no país. Implementada no período pós-golpe parlamentar de 2016, tendo à frente o então presidente Michel Temer, a Medida Provisória 746/2016 (em seguida a Lei nº 13.415/2017) instituiu o Novo Ensino Médio por meio da alteração de 54

artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), estabelecendo uma mudança radical na estrutura do ensino médio.

Dada a espantosa rapidez com a qual a reformulação do Ensino Médio se deu, uma ligeira análise a respeito do panorama atual se faz necessária em conjunto com a investigação de algumas políticas educacionais que precederam a reforma, dando ênfase nas dimensões promulgadas pelo neoliberalismo, que teve na gestão Temer um capítulo de destaque das políticas nacionais.

Conforme explicado por Frigotto (2017), o desmanche do setor público e da escola pública está ligado à valorização do mercado empresarial voltado à educação, criando poderosos grupos cuja referência é o mercado, para o qual os direitos são escassos e a competição constitui-se no principal horizonte.

O discurso para a rápida implantação do Novo Ensino Médio, ocorrida por meio da Medida Provisória 746 (MP 746/20162), que depois tornou-se a Lei 13.415/2017, era quase a de terra arrasada. Como salientam Ferreira e Cavalcanti (2018), o recurso utilizado para tentar aproximar a população da reforma consistiu na disseminação de propagandas que cultivaram principalmente a expectativa de desengessamento do Ensino Médio e o suposto ganho de autonomia do estudante. Aplicou-se, ainda, o discurso do caos para justificar as mudanças aceleradas impostas pelo governo, explorando ao máximo informações sobre os problemas existentes nesta etapa de ensino, como o alto índice de evasão e o baixo desempenho dos alunos em avaliações padrões nacionais.

Desde a década de 1990, durante a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, a educação brasileira passou a se desenvolver por meio de reformas que englobavam mudanças estruturais nas políticas de ensino que desprezavam o caráter socializador da educação a partir da iniciativa pública como um dever somente estatal, abrindo espaço para interesses empresariais de fundações privadas ligadas ao Banco Mundial (hoje Grupo Banco Mundial), à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Dessa forma, inicia-se um modelo de reforma gerencial da educação, já adequado ao caráter utilitarista e mercadológico neoliberal.

Na mesma década é possível identificar políticas orientadas para a educação das quais a atual reforma recupera de forma inteiramente absoluta, tornando compreensível o questionamento do caráter “novo” prometido com o Novo Ensino Médio. A Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - já instituíra, por exemplo, a necessidade de uma Base Nacional Comum em todas as etapas da educação básica. A BNCC, aprovada em 2018 para o Ensino Médio, vem sendo criticada pelo perfil de educação a ela subjacente, pois a natureza do documento recupera velhos e empoeirados discursos neoliberais da educação, como o termo “competência”, resgatado com um sentido atrelado ao discurso da lógica mercadológica (SILVA, 2018). “Competência”, na década de 90, já apresentava um sentido ligado às ideias de competição e competitividade.

O discurso agora é o de uma escola adequada ao mundo do trabalho, onde a escola hipoteticamente prepararia o sujeito para o mercado de trabalho. Na BNCC, “competência” é definida como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 8).

Ademais, há uma forma mais explícita em que a ideologia neoliberal na educação se faz presente no presente momento. Em destaque, o termo “empreendedorismo” preconizado pela BNCC e que aparece constantemente na proposta pedagógica do Novo Ensino Médio, contribuindo para que o caráter educacional esteja voltado ao atendimento das demandas do mercado de trabalho e da perspectiva mercadológica do neoliberalismo.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada visa atender o objetivo geral da proposta desenvolvida no Prodocência em andamento, consistindo numa análise do ponto de vista teórico, histórico e prático dos aspectos que envolvem a reforma do Ensino Médio no Estado do Rio de Janeiro e sua relação com o Ensino de Sociologia na educação básica. Isso significa uma leitura crítica sobre o processo e a conjuntura de implantação da reforma, bem como um mapea-

mento do seu alcance ao longo destes primeiros anos, o que tem sido observado por meio das entrevistas com coordenadores pedagógicos/ou função semelhante. Até o presente momento, entrevistamos oito profissionais, cinco vinculados à rede pública e três à rede privada.

As entrevistas têm ocorrido valendo-se da estratégia da bola de neve, com indicações dos entrevistados. Para a análise das entrevistas, o pressuposto adotado tem sido o de que o discurso é responsável por revelar o entendimento do sujeito a respeito do contexto histórico-social no qual se apresentam suas relações para a produção do seu próprio discurso e ponto de vista, ou seja, o discurso reflete a visão de mundo do autor que está diretamente relacionada à realidade em que ele vive (FERNANDES, 2005).

Ademais, adotamos a análise da literatura dos últimos anos referente à Reforma do Ensino Médio (2017) e a criação da BNCC (2018), como documentos educacionais de caráter legal, tais quais: leis, pareceres e resoluções. Também realizamos um estudo aprofundado do conteúdo e componentes teóricos dos novos livros didáticos da PNLD/2021, buscando principalmente compreender qual o lugar da Sociologia neste novo cenário da educação brasileira.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Papim e Mendonça (2021), a BNCC, ao focar nas competências e habilidades, desconsidera o caráter de disciplina escolar, a mediação didática do professor, a apropriação do conteúdo conceitual pelo aluno e a avaliação da aprendizagem, enquanto processos complexos e diversificados. Essa forma de abordagem, na visão dos autores, termina por relativizar, de maneira simplista, o processo formativo à correspondência da escala de habilidades e competências, em nome de uma suposta interdisciplinaridade expressa nos cinco itinerários formativos (Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências humanas e sociais aplicadas, Formação técnica e profissional). Ou seja, desconsidera-se a ciência de origem e seus limites para a interdisciplinaridade, tornando o trabalho do professor um exercício mecânico de repro-

dução, estranho às potencialidades de aprendizagem, mediante contextos sociais e culturais diversos, plano de fundo da educação escolar.

Exemplo dessa redução na importância científica disciplinar aparece no novo Ensino Médio implantado no Rio de Janeiro no espaço dado ao componente curricular Projeto de Vida. Com seis tempos de aula nas três séries do Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ), ao passo que a Sociologia caiu para dois tempos no terceiro ano, muitos professores de Sociologia estão lecionando a disciplina sem qualquer formação prévia.

Abaixo, no quadro 1, imagem da configuração do Itinerário Formativo de Ciências Humanas da SEEDUC, demonstrando a perda de carga horária de inúmeras disciplinas e sua substituição por Projeto de Vida e eletivas, lembrando que diferentes escolas oferecem diferentes itinerários ou até mesmo a mescla entre mais de um deles.

Quadro 1: Itinerário de Ciências Humanas/SEEDUC-RJ

ENSINO MÉDIO REGULAR - ITINERÁRIO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA			CARGA HORÁRIA			TOTAL
		SÉRIE			SÉRIE			
		1º	2º	3º	1º	2º	3º	
CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	BIOLOGIA	2	2	0	80	80	0	160
	FÍSICA	2	2	0	80	80	0	160
	QUÍMICA	2	2	0	80	80	0	160
MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	MATEMÁTICA	4	3	3	160	120	120	400
CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E APLICADAS	FILOSOFIA	2	0	0	80	0	0	80
	GEOGRAFIA	2	2	0	80	80	0	160
	HISTÓRIA	2	2	0	80	80	0	160
	SOCIOLOGIA	0	0	2	0	0	80	80
LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	ARTE	0	2	0	0	80	0	80
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	0	2	80	0	80	160
	LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA	4	3	3	160	120	120	400
	LÍNGUA INGLESA	2	0	2	80	0	80	160
CARGA HORÁRIA BNCC		24	18	12	960	720	480	2160

ENSINO MÉDIO REGULAR - ITINERÁRIO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA			CARGA HORÁRIA			TOTAL
		SÉRIE			SÉRIE			
		1º	2º	3º	1º	2º	3º	
ITINERÁRIO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	ELETIVA 1 - ENSINO RELIGIOSO/ REFORÇO ESCOLAR	1	1	1	40	40	40	120
	ELETIVA 2 - ESTUDOS ORIENTADOS/ LÍNGUA ESPANHOLA	1	1	1	40	40	40	120
	ELETIVA 3 - XY (CATÁLOGO)	2	2	2	80	80	80	240
	PROJETO DE VIDA	2	2	2	80	80	80	240
	COMPONENTE DE ÁREA 1 (HISTÓRIA)	0	2	4	0	80	160	240
	COMPONENTE DE ÁREA 2 (GEOGRAFIA)	0	2	4	0	80	160	240
	COMPONENTE DE ÁREA 3 (FILOSOFIA E SOCIOLOGIA)	0	2	4	0	80	160	240
CARGA HORÁRIA INTINERÁRIO FORMATIVO		6	12	18	240	480	720	1440
CARGA HORÁRIA TOTAL		30	30	30	1200	1200	1200	3600

Fonte: <<https://novoensinomedio.educacao.rj.gov.br/>>. Acesso em: 04. jun. 2023.

Dando prosseguimento à perspectiva neoliberal sobre a qual a reforma se ancora, e apresentado como o “centro da proposta do Novo Ensino Médio”, Projeto de Vida exemplifica a desdisciplinarização trazida pela reforma do Ensino Médio, sob o argumento de que este componente possibilita ao estudante focar nas suas potencialidades e se preparar para a vida e o mundo do trabalho.

Em tese, Projeto de Vida tende a justificar-se por fatores globais e geracionais da sociedade contemporânea, fato que de acordo com o psicólogo norte-americano William Damon não afeta somente o Brasil. Segundo o autor, influência na criação deste componente curricular, atualmente os jovens estão impostos a uma gama de possibilidades, o que pode gerar uma “falta de projetos vitais” (DAMON, 2009, p. 29), resultando em descontentamento e/ou ansiedade com suas escolhas. Além do mais, o autor indaga que no passado era comum que os jovens já soubessem bem cedo “onde ia viver, qual seria sua ocupação e com quem ia se casar” (DAMON, 2009, p. 23), o que se difere da tendência atual. Com isso, a inserção do Projeto de Vida visa orientar e direcionar os jovens para suas carreiras futuras e fazê-los se reconhecerem como protagonistas de sua própria jornada.

A medida em que teoricamente a proposta e a justificativa parecem positivas e benéficas para os jovens estudantes, Projeto de Vida se instaura nas escolas com uma série de lacunas: a) não há orientação para àqueles responsáveis pelo componente curricular Projeto de Vida; b) professores de qualquer área são automaticamente habilitados para lecionar o Projeto de Vida; c) professores de distintas áreas escreveram/estão escrevendo livros didáticos de Projeto de Vida; d) o componente não é composto por uma avaliação formal, o que tem acontecido nas aulas na SEEDUC, resultando em um grande número de faltosos nessas aulas.

Projeto de vida está ligado à perspectiva de protagonismo juvenil e empreendedorismo que abre um leque de possibilidades adequadas à perspectiva econômica atual e manutenção de um *status quo*, reproduzindo a lógica de trabalhos informais e menos “requisitados” para jovens de famílias com renda menor. Em contrapartida, o caminho de universidade e empregos de maior prestígio fica propício a jovens de famílias de classe média.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante ressaltar que a crítica estabelecida a respeito da reforma não se limita exclusivamente a forma como a reforma foi fomentada e implantada, mas também e, principalmente, a existência da mesma. Ainda que haja a discussão de que sua estrutura não tem estabilidade o suficiente para se concretizar, o trabalho que a crítica se propõe a fazer é que, caso houvesse a estrutura necessária e a reforma fosse aplicada da maneira como é descrita no documento original aprovado em 2017, a educação pública brasileira passaria da mesma maneira por um desmonte físico, intelectual e de grande ruptura com a bagagem pedagógica que deu base até então para o seu desenvolvimento, ainda que muito precário dependendo do ponto de vista a ser analisado.

Sobre as entrevistas realizadas até o presente momento, encontramos muitas críticas ao novo ensino médio e pouca sinalização favorável. Os relatos indicam que há quase unanimidade docente na reprovação deste modelo. Tem sido comum ouvir que só agora os docentes estão se dando conta das dificuldades trazidas pela reformulação curricular, com perdas substanciais

de conteúdos, necessidade de ministrem componentes curriculares exóticos, redução de carga horária das disciplinas da formação geral básica, necessidade de professores saírem das escolas devido a perda de carga horária.

No caso da Sociologia, os docentes das escolas ligadas à Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC/RJ) têm sido convidados a lecionar Projeto de Vida e eletivas com diversos nomes e ementas. Uma estratégia realizada, em muitos casos, tem sido adaptar às ementas (quando existem) ao conteúdo perdido com a redução de carga horária. Detalhe que esta estratégia não ocorre só com a Sociologia, mas também noutras disciplinas. Outro drama vivido pelos professores que lecionam Projeto de Vida e algumas outras eletivas na SEEDUC é que não reprovam por nota, apenas por frequência. Os entrevistados dizem que as notas ainda servem de importante ferramenta coercitiva no trabalho pedagógico.

Com relação aos alunos, uma parcela dos discentes têm pedido mais informação a respeito da reforma. Ademais, um discurso preocupante tem sido o de que os estudantes perderam a sua relação com a escola. Após dois anos de pandemia, o retorno na SEEDUC se deu exatamente frente à reconfiguração curricular advindo com a reforma. A perda de conteúdo dos estudantes tende a afastar o jovem oriundo da rede pública da perspectiva de entrar na universidade via vestibular da UERJ e ENEM.

Ao contrário, as entrevistas realizadas com coordenadores da rede particular, os quais também são docentes, indicam que as escolas estão se adaptando à reforma tentando manter o conteúdo oferecido anteriormente em componentes curriculares adaptados à reconfiguração curricular. Em alguns casos as escolas já funcionavam em período integral e já executavam projetos interdisciplinares. Uma hipótese aventada pelos entrevistados das escolas privadas é de que a incerteza sobre o ENEM é decisiva para estes colégios estarem preservando os conteúdos tradicionais. No que tange a Sociologia, docentes dizem que se manter no ENEM é indispensável para seguir na grade escolar.

Projeto de vida também se constitui numa diferença entre instituições privadas entrevistadas e as da rede estadual. As entrevistas até o presente momento indicam que projeto de vida tem se caracterizado em escolas particulares como adaptação de outras iniciativas já existentes ou como proje-

tos desenvolvidos de forma interdisciplinar. O peso dado à Projeto de Vida, elevado à condição de componente curricular, com seis tempos de aulas durante o ensino médio, é algo restrito à rede estadual de ensino.

A ampliação da desigualdade escolar como resultado da reforma do Ensino Médio foi mencionada por todos os entrevistados, na medida em que escolas particulares tendem a criar melhores condições para os estudantes concorrerem às vagas nas universidades via vestibulares e ENEM. O fortalecimento de cursinhos pré-vestibulares em decorrência da perda de conteúdos nos currículos da rede estadual de educação também foi observado. É mais uma forma de abertura ao setor privado ao segmento educacional brasileiro. Em conclusão, os entrevistados manifestaram posicionamento contrário ao novo ensino médio, estão acompanhando às lutas pela revogação e esperam ver êxito nesta luta.

Aspecto que tem se confirmado nas entrevistas é que, conforme a lei da reforma, não há obrigatoriedade de oferta de todos os eixos formativos, ficando a cargo de cada instituição definir quais efetivamente serão oferecidos aos estudantes. Nesse cenário, tem ocorrido os estudantes têm tido que escolher itinerários ofertados por suas escolas ou até mesmo considerando a restrição dos municípios em que moram. Observando os graves problemas de infraestrutura da maioria das nossas escolas públicas, como a “ausência de instalações físicas adequadas, bibliotecas, laboratórios, espaços para a prática esportiva e atividade artístico-culturais” (MOURA, FILHO, 2017), devemos imaginar que muitos serão os obstáculos para que as escolas ofereçam todos os itinerários formativos. Na SEEDUC há casos em que os estudantes são sorteados para ocuparem os poucos itinerários ofertados nas unidades escolares.

Essa situação contradiz a ideia de “protagonismo juvenil”, uma das bandeiras da reforma. Enquanto esta é a realidade da rede estadual, vemos escolas privadas ofertando praticamente todo o conteúdo até então existente. O resultado, mais uma vez, é a ampliação das desigualdades educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2017. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 02 mai. 2023.

DAMON, W. O que o jovem quer da vida? Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes, Rio de Janeiro: Summus Editorial, 2009.

FERNANDES, C. Análise do Discurso: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FERREIRA, W.; Cavalcanti, D. S. A reforma do Ensino Médio e o ensino de Sociologia. In: *Perspectiva Sociológica*, n. 21, 1º sem. 2018, pp. 41-53. Disponível em: <<https://cp2.g12.br/ojs/index.php/PS/article/view/1740/1248>>. Acesso em: 04 jun. 2023.

FRIGOTTO, G. “A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo de serpente que ameaçam a sociedade e a educação”. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

MOURA, D. H; FILHO, D. L. L. “A reforma do ensino médio: regressão de direitos sociais”. In: *Revista da Escola de Formação da CNTE (ESFORCE)*, vol. 11, n. 20, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/images/stories/retratos_da_escola/retratos_da_escola_20_2017.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2023.

PAPIM, A. A. P.; MENDONÇA, S. G. L. O impacto da BNCC no ensino de Sociologia para o Ensino Médio: o retrocesso mediante as OCN. Anais do 45º Encontro Anual da ANPOCS. Brasília, 2021.

SILVA. M. R. D. A BNCC da reforma do Ensino Médio: O resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 34, 2018.